

Café Brasil Indústria, Comércio, Importação e Exportação S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
Café Brasil Indústria, Comércio, Importação e Exportação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Café Brasil Indústria, Comércio, Importação e Exportação S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Café Brasil Indústria, Comércio, Importação e Exportação S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa desse exercício, foram auditadas por outro auditor independente, com emissão de relatório, sem ressalvas, em 19 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Kleber Queiroz de Oliveira
Contador
CRC nº 1 SP 290849/O-7

Relatório da administração

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Economia

Apesar de fecharmos o ano com bom resultado, nossa expectativa para 2024 era de números melhores ainda, esperávamos um ano semelhante a 2021, com bons índices de desempenho e grande crescimento nas vendas, pois esse seria o ano da retomada onde estaríamos focados novamente na cultura do café.

Além do foco, outro fator que corroborava com as expectativas era o Mercado de Café. No início do ano a saca de café arábica estava cotada a R\$ 1.000,00 e conilon/robusta em R\$ 800,00 com tendência de crescimento. Todos os fatores muito positivos, sendo que na metade do ano chegamos analisar a possibilidade de aumento no orçamento de vendas. A medida em que o ano se desenrolava e comparávamos o crescimento da carteira de pedidos com o benchmark de 2021, observávamos que estávamos bem acima do esperado. Em determinado momento chegamos analisar a possibilidade de vender mais do que estava previsto para o ano.

A surpresa foram os dois eventos climáticos distintos. Entre julho e agosto tivemos muito frio com geada em algumas regiões e, ao mesmo tempo, calor excessivo sem chuvas que se estendeu até meados de novembro quando regularizaram as chuvas. A geada e frio que ocorreram em algumas regiões foi menos nociva que a estiagem e queimadas, porém ambas geraram perdas nas lavouras de café tanto para esse ano quanto para a próxima safra 2025/2026.

Estes problemas climáticos atrasaram o período de vendas e parte da aplicação de fertilizantes não ocorreu. Nessas situações os produtores aguardam a recuperação da lavoura ou início das chuvas, sem água, não há como fazer aplicações de insumos agrícolas.

Apesar das chuvas normalizarem em novembro, parte da aplicação já havia passado e conseqüentemente as vendas já estavam afetadas. A redução de aplicação ocorreu na fase de pré-florada, ocasionando, em algumas áreas, abortamento de frutos pelo calor excessivo.

Em resumo tivemos um ano que iniciava com uma expectativa de produção de alta de café assim como preços elevados e essa previsão foi reavaliada após as intempéries climáticas.

Desempenho comercial

Uma das boas notícias deste ano foi o aumento na venda de defensivos biológicos. Em setembro foram contratados profissionais especializados para área comercial de fertilizantes líquidos e defensivos biológicos isso foi determinante para esse incremento nas vendas.

Além disso tivemos crescimento expressivo nas operações comerciais nas regiões do Estado do Espírito Santo e sul da Bahia com vendas direcionadas a variedade conilon/robusta.

Mais uma vez o ano demandou muita criatividade e rapidez nas negociações e entregas, devido ao atraso provocada principalmente pela falta de chuvas no período, muitas negociações foram fechadas na metade do último trimestre quando normalmente nesse período estamos somente realizando entregas.

CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio

Em dezembro, conforme combinado com os investidores do CRA em março de 2024, liquidamos, antecipadamente, uma parcela da operação do CRA2 no valor R\$ 30 MM. De acordo com a nova programação de pagamentos, em dezembro de 2025 faremos o pagamento de mais uma parcela sendo essa uma estratégia de desalavancagem da Companhia.

Neste ano os covenants estão sendo cumpridos ficam os índices de liquidez e dívida líquida/EBITDA dentro do permitido de acordo com contrato de securitização.

Consultoria tributária

Seguimos com os trabalhos tributários com a empresa de auditoria Ernst Young (EY) e agora também com a IPECONT, empresa especializada em consultoria contábil e fiscal.

Devido à complexidade que enfrentamos no País referente a Legislação Tributária, manteremos esses serviços visando oportunidades e sempre a forma justa e correta de pagamentos dos tributos.

Estatísticas

Apesar das dificuldades nas vendas, a empresa retorna à sua rentabilidade sendo um dos pontos mais significativos a redução da dívida bruta* comparada ao exercício anterior. Isso somente é possível devido a Gestão do negócio e rentabilidade da linha de produtos.

Os índices financeiros apontam de forma positiva a saúde financeira da Companhia que ainda está em recuperação devido as dificuldades enfrentadas em 2023.

Futuro do negócio

A estratégia neste próximo exercício é buscar maior fatia de Mercado nas áreas em que atuamos contratando mais profissionais para área comercial em áreas que não temos presença ou que precisamos reforçar nossa atuação além de desenvolver os produtos que temos hoje na linha com ênfase na linha de biológicos e líquidos.

O desafio neste ano é buscar novamente o número que era esperado em 2024, com uma venda de 65.000 toneladas, aproximadamente R\$ 300 MM, número esse que teria sido alcançado não fossem os problemas climáticos enfrentados neste exercício.

O mercado de café está com alta demanda devido ao preço histórico da saca de café arábica chegando em R\$ 2.500,00/sc e neste ano o produtor investirá mais na lavoura visando a safra 2025/2026.

Geograficamente seguiremos atendendo nas mesmas áreas de atuação pois entendemos que ainda há muito o que explorar e crescer nessas áreas.

*Dívida Bruta consiste no saldo devedor de todas as dívidas contraídas, e que ainda se encontram em aberto para serem honradas. Ou seja, o somatório de todos os compromissos financeiros da empresa de curto e longo prazo.

CAFÉ BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2024
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.827	69.993	Fornecedores	14	2.178	2.796
Contas a receber de clientes	6	56.503	39.058	Arrendamentos	12	5.135	4.870
Estoques	7	24.055	42.723	Empréstimos e financiamentos	13	129.909	201.148
Impostos a recuperar	8	17.617	27.063	Salários e encargos a pagar		4.913	4.328
Adiantamento a sócios - Mútuos	9	7.117	-	Impostos a Recolher		279	403
Outros créditos		1.736	2.009	Contas a pagar		1.694	23
Total do ativo circulante		<u>151.855</u>	<u>180.846</u>	Adiantamentos de clientes	15	386	1.666
				Provisões para riscos	24	297	-
				Total do passivo circulante		<u>144.791</u>	<u>215.234</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Arrendamentos	12	13.291	20.550
Depósitos judiciais		362	338	Empréstimos e financiamentos	13	71.730	30.690
Impostos diferidos	23	34.364	35.918	Outras contas a pagar		-	44
Investimentos	10	5.428	1.103	Total do passivo não circulante		85.021	51.284
Outros créditos		217	217				
		<u>40.371</u>	<u>37.576</u>	Total do passivo		<u>229.812</u>	<u>266.518</u>
Direito de uso	12	22.058	26.128	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Imobilizado	11	86.517	84.371	Capital social		83.129	83.129
Intangível		1.370	1.439	Ajustes avaliação patrimonial		590	590
				Prejuízo acumulado		(11.360)	(19.877)
Total do ativo não circulante		<u>150.316</u>	<u>149.514</u>	Total do patrimônio líquido		<u>72.359</u>	<u>63.842</u>
Total do ativo		<u><u>302.171</u></u>	<u><u>330.360</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>302.171</u></u>	<u><u>330.360</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAFÉ BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	17	225.827	187.754
Custo dos produtos vendidos	18	<u>(137.931)</u>	<u>(150.227)</u>
Lucro bruto		87.896	37.527
Despesas administrativas	19	(22.782)	(25.144)
Despesas comerciais	20	(19.970)	(26.629)
Outras despesas operacionais	21	<u>(5.314)</u>	<u>(2.140)</u>
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos		<u>39.830</u>	<u>(16.386)</u>
Receitas financeiras	22	8.505	10.378
Despesas financeiras	22	<u>(37.656)</u>	<u>(49.710)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(29.151)</u>	<u>(39.332)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>10.679</u>	<u>(55.718)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(608)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	<u>(1.554)</u>	<u>26.924</u>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		<u>8.517</u>	<u>(28.794)</u>
Quantidades de ações		83.129	83.129
Lucro/Prejuízo por ação - R\$		0,10250	(0,00034)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAFÉ BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	8.517	(28.794)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>8.517</u>	<u>(28.794)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAFÉ BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Reserva de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.129	2.893	56.024	590	-	92.636
Aumento de Capital	50.000	-	(50.000)	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(28.794)	(28.794)
Absorção do prejuízo da reserva legal	-	(2.893)	-	-	2.893	-
Absorção do prejuízo da reserva de incentivos fiscais	-	-	(6.024)	-	6.024	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>83.129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>590</u>	<u>(19.877)</u>	<u>63.842</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.517	8.517
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>83.129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>590</u>	<u>(11.360)</u>	<u>72.359</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAFÉ BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucros (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		10.679	(55.718)
Ajustes:			
Depreciação	11 e 12	7.078	8.540
Baixa de ativos imobilizados	11	69	1.821
Baixa de arrendamentos	12	-	975
Baixa de investimentos	10	204	65
Rendimentos investimentos	10	(209)	(12)
Juros provisionado sobre empréstimos e arrendamentos	12 e 13	36.229	47.904
Variação cambial	22	(12)	181
Ajuste a valor presente	6	637	(4.602)
Provisão para riscos	24	297	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6	(6.169)	5.997
Ganho (perda) na venda do imobilizado	11	(22)	-
Acréscimo (decréscimo) de ativos:			
Contas a receber	6	(11.913)	36.774
Estoques	7	18.668	35.347
Depósitos judiciais		(24)	131
Imposto a recuperar		860	5.501
Outras contas a receber		273	1.128
Acréscimo (decréscimo) de passivos:			
Fornecedores	14	(606)	(8.349)
Salários e encargos sociais e obrigações tributárias		585	(1.330)
Outras contas a pagar		347	(2.612)
Imposto a recolher		9.157	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos	12 e 13	(32.109)	(44.265)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.303)	-
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>32.716</u>	<u>27.476</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(7.488)	(24.039)
Aquisição de intangível		-	(529)
Aquisição de investimentos		(4.320)	(277)
Concessão de empréstimos a parte relacionada		(7.117)	-
Ganho na venda de imobilizado		936	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(17.989)</u>	<u>(24.845)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, líquidos dos custos de transação	13	112.937	97.041
Amortização de empréstimos	13	(144.977)	(112.147)
Amortização de arrendamentos	12	(7.853)	(5.337)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(39.893)</u>	<u>(20.443)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(25.166)</u>	<u>(17.812)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		69.993	87.805
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		44.827	69.993
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(25.166)</u>	<u>(17.812)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAFÉ BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Café Brasil Indústria, Comércio, Importação e Exportação S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, localizada na Av. Alberto Vieira Romão, 365 - Industrial - Distrito Industrial, Alfenas - MG, tem por objeto social a exploração das atividades de indústria, comércio atacadista e varejista de fertilizantes e seus produtos intermediários (matérias primas utilizadas na fabricação de fertilizantes), insumos agrícolas, implementos agrícolas; prestação de serviços de agronomia; exploração de atividade rural; importação e exportação de fertilizantes, insumos agrícolas, implementos agrícolas e produtos químicos; comércio atacadista de café beneficiado cru em grãos; realização de análises laboratoriais para terceiros; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos, em trajeto intermunicipal, interestadual e internacional; beneficiamento de minérios; beneficiamento de resíduos industriais de origem mineral; realização de processos hidro e piro metalúrgicos de minérios; serviços de industrialização de fertilizantes e beneficiamento de minérios para terceiros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada para divulgação pela Diretoria em 17 de abril de 2025.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão descritas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “Resultados financeiros líquidos”.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, os depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”).

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.6.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.6.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por "impairment" são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por “impairment”, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de “impairment” são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente

dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por “impairment” (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

2.6.4. Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de “impairment” aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.6.5. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.6. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de “hedge” nos casos de adoção da contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por “hedge”.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2024 instrumentos financeiros derivativos, assim como no exercício de 2023.

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais mantidos em garantias para processos cíveis, trabalhistas e fiscais são registrados pelo seu valor de custo. Nos casos de desfechos desfavoráveis nos processos relacionados, os depósitos são revertidos a terceiros e contabilmente compensados com as provisões passivas correspondentes. Nos casos de desfechos favoráveis a Companhia, os depósitos são resgatados e convertidos em caixa.

2.9. Investimento

Referem-se a investimentos em cotas de participação em cooperativas as quais a Companhia não detém controle, esses investimentos são mantidos com o objetivo de iniciação como cooperados através de exigência das cooperativas, exceto o sisprime que foi por conta de melhor remuneração nas aplicações vigentes, e são reconhecidas pelo custo de aquisição e mensurados ao seu valor justo.

2.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os custos dos imobilizados incluem todos os gastos para colocá-los no seu local e condições de uso e, no caso de ativos qualificáveis, incluem ainda os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, a vida útil estimada é a seguinte:

Edificações e benfeitorias	25 anos
Equipamentos e instalações	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, por meio da análise dos indicadores de “impairment”.

2.11. Redução a valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As alíquotas aplicáveis ao lucro tributável são de 15% para o Imposto de Renda (IR), 10% para o Adicional de IR e 9% para a Contribuição Social (CS).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos levando em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.15. Capital social

O capital social é classificado como patrimônio líquido.

2.16. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

2.17. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os Acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Diretoria.

2.19. Arrendamentos

Mantiveram os arrendamentos da aeronave (helicóptero) veículos e impressoras, para uso administrativo. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de doze meses a seis anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos.

A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é a arrendatária, esta optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber).

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.
- Quaisquer custos diretos iniciais.
- Custos de reparação.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados pelo prazo do contrato pelo método linear. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

2.20. Normas, alterações e interpretações de normas

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas demonstrações financeiras.

A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição das alterações
CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Norma	Descrição das alterações
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "covenants"	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de "covenants" como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas "covenants" cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na norma internacional IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a norma internacional IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.
Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.	

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 02	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade.
CPC 26	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Os ativos imobilizados são depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

b) Estimativa de arrendamento

A Companhia não consegue determinar a taxa de desconto implícita a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental do empréstimo do locatário é usada para calcular o valor presente das obrigações do arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre o empréstimo do locatário é a taxa de juros que o locatário teria que pagar ao captar fundos para a aquisição de um ativo semelhante ao ativo sob o arrendamento, por um prazo semelhante e com uma garantia semelhante e os recursos necessários para obter o ativo com valor semelhante ao ativo com direito de uso em ambiente econômico semelhante.

A obtenção dessa taxa envolve um alto grau de julgamento e oscila sobre o risco de crédito do locatário, o prazo do arrendamento, a natureza e qualidade das garantias oferecidas e o ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de cálculo da taxa usa preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais são feitos os ajustes necessários para encontrar a taxa de empréstimo incremental.

Adicionalmente, a Companhia utiliza os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- Uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.
- Utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos.
- Exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.
- Utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

c) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social. Em algumas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos.

Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

d) Perda (“impairment”) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do “impairment”, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos: risco de crédito, risco de liquidez, e risco de mercado.

A Diretoria tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia e da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

a) Risco operacional

Para evitar a ocorrência dos riscos operacionais tais como: prejuízos diretos ou indiretos associados a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, a administração busca a eficácia de custos e mantém procedimentos de controle.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, provenientes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, bem como os depósitos em bancos e outras instituições financeiras. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas e externas de acordo com os limites aprovados pela Diretoria. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. As principais vendas são realizadas para partes relacionadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira de primeira linha.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir e maximizar a gestão para que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis que tragam risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza relatórios de projeção de fluxos de caixa que contemplam 12 meses, sendo estes atualizados semanalmente. Os acompanhamentos dos fluxos de caixa são realizados em base diária. A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 90 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
<u>Em 31 de dezembro 2023</u>				
Empréstimos e financiamentos	201.148	30.690	-	-
Fornecedores	2.796	-	-	-
Outras contas a pagar	12	44	-	-
Adiantamento de clientes	1.666	-	-	-
Arrendamentos	4.870	10.745	9.805	-
Impostos a recolher	403	-	-	-
	<u>210.895</u>	<u>41.479</u>	<u>9.805</u>	<u>-</u>
<u>Em 31 de dezembro 2024</u>				
Empréstimos e financiamentos	129.909	61.873	9.857	-
Fornecedores	2.178	-	-	-
Outras contas a pagar	1.640	-	-	-
Adiantamento de clientes	386	-	-	-
Arrendamentos	5.025	10.051	3.350	-
Impostos a recolher	279	-	-	-
	<u>139.417</u>	<u>71.924</u>	<u>13.207</u>	<u>-</u>

d) Risco de mercado

O risco de mercado inclui risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros e risco de preço. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

A Companhia adota uma política de contratar empréstimos, em sua grande maioria, a taxas de juros fixas.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos Acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, nos casos em que os Acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos Acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)	201.639	231.838
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	(44.827)	(69.993)
Dívida líquida	<u>156.812</u>	<u>161.845</u>
Total do patrimônio líquido (nota explicativa nº 16)	<u>72.359</u>	<u>63.842</u>
Total do Capital Próprio e de Terceiros	229.171	225.687

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (“impairment”) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Companhia não tem ativos ou passivos valorados a valor justo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	146	1.824
Aplicações financeiras	<u>44.681</u>	<u>68.169</u>
	<u>44.827</u>	<u>69.993</u>

As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez. Elas são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 2024 o rendimento médio das aplicações em % do CDI foi de 103%.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, tendo como contraparte bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber de clientes	49.793	45.088
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	13.368	6.160
Ajuste a valor presente (a)	(3.321)	(2.684)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.337)</u>	<u>(9.506)</u>
Total	<u>56.503</u>	<u>39.058</u>

a) Contas a receber por faixa de vencimento

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	36.477	23.688
Vencidos de 1 a 30 dias	305	1.131
Vencidos de 31 a 90 dias	220	1.936
Vencidos de 91 a 180 dias	-	4.143
Vencidos de 181 a 360 dias	3	7.027
Vencidos há mais de 361 dias	<u>12.788</u>	<u>7.163</u>
	<u>49.793</u>	<u>45.088</u>

Abaixo a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável:

<u>Provisão perda por créditos de liquidação duvidosa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	(9.506)	(3.509)
Constituição provisão	(1.010)	(6.129)
Reversão	1.294	132
Perdas efetivas/baixas de títulos	<u>5.885</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(3.337)</u>	<u>(9.506)</u>
Ajuste a valor presente		
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	(2.684)	(7.286)
Constituição provisão	(637)	-
Reversão	-	4.602
Saldo Final	<u>(3.321)</u>	<u>(2.684)</u>

- (a) A constituição do saldo de ajuste a valor presente é de recebíveis de vendas. A Companhia realiza vendas de produtos para determinados clientes com prazo que superam 48 dias, em negociações estratégicas a operação e para esses saldos são realizados os cálculos de AVP. A taxa de desconto médio aplicada é de 1,24%. A Companhia realizou o cálculo sobre as contas a receber.
- (b) Em 31 de dezembro de 2024 a companhia tem em aberto em duplicatas descontadas 1.592.

7. ESTOQUES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Matérias-primas e materiais de consumo	5.088	21.767
Estoque de produto em elaboração	14.516	17.423
Produtos acabados	4.451	3.533
	<u>24.055</u>	<u>42.723</u>

O estoque da Companhia é formado por produto em elaboração, matéria prima, embalagens e outros insumos para a produção de fertilizantes. Durante o exercício social, a Companhia avaliou e não identificou a necessidade de constituir a provisão para perda sobre os estoques.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
ICMS a recuperar (i)	1.826	5.415
PIS a recuperar	402	482
COFINS a recuperar	1.621	2.066
IR a recuperar	973	1.414
Encargos sociais a restituir	70	-
IRPJ a recuperar (ii)	9.947	13.330
CSLL a recuperar (ii)	2.778	4.356
	<u>17.617</u>	<u>27.063</u>

- (i) A maior parte dos créditos de ICMS da Companhia em 2024, foi utilizada para compensação/estorno em razão das vendas com benefícios fiscais com redução na base de cálculo, nos termos da legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A partir de 1º de janeiro de 2024, as vendas de produtos da Companhia dentro do Estado de Minas Gerais, passaram a ser tributadas a 3%, não havendo a necessidade de estorno de crédito remanescente.
- (ii) Os créditos de IRPJ e CSLL referem, em sua maioria, aos saldos a recuperar referente ao reconhecimento do efeito retroativo de imposto de renda e contribuição social relacionada às subvenções para investimentos descritas nas notas explicativas nº 16 e nº 23.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

<u>Contas a receber (nota explicativa nº 6)</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Benedito Roberto Staut	12.392	6.148
Marco Antônio Ruiz Sant'ana	976	12
Total	<u>13.368</u>	<u>6.160</u>

<u>Resultado (Vendas) (nota explicativa nº 17)</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Benedito Roberto Staut	9.482	7.361
Marco Antônio Ruiz Sant'ana	976	13
Total	<u>10.458</u>	<u>7.374</u>

As transações com partes relacionadas acima referem-se a venda de fertilizantes para os sócios, a negociação segue a mesma da tabela de preço de vendas e prazos negociados com os demais clientes.

<u>Adiantamento a sócios - Mútuos (nota explicativa nº 9)</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Benedito Roberto Staut</u>		
Saldo inicial	-	-
Mútuos concedidos	29.359	-
Liquidação	(22.242)	-
Saldo final	<u>7.117</u>	<u>-</u>

A Companhia possui operações de mútuo com um acionista. Em 2024, os contratos foram emitidos pelas taxas de mercado, vigentes a época da negociação do contrato. Os prazos para quitação são em média de 30 dias, podendo ser aditados. O objetivo é o incentivo para o crescimento da operação agrícola do cliente/acionista e ampliar a distribuição de defensivos agrícolas.

<u>Remuneração da administração</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Remuneração dos executivos	957	2.042

10. INVESTIMENTOS

	Investimento em		Título de	Obras de	Total
	Cooperativa	Consórcios	capitalização	arte	
Saldo em 31/12/2022	479	250	198	47	974
Adições	173	104	-	-	277
Baixas	-	(119)	-	-	(119)
Resgates	-	-	(41)	-	(41)
Rendimentos	7	5	-	-	12
Saldo em 31/12/2023	659	240	157	47	1.103
Adições	3.819	501	-	-	4.320
Baixas	-	(204)	-	-	(204)
Resgates	-	-	-	-	-
Rendimentos	169	40	-	-	209
Saldo em 31/12/2024	4.647	577	157	47	5.428

11. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	2024		2024	2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	36.244	-	36.244	36.244
Edificações	26.798	(3.505)	23.293	22.764
Instalações	115	(45)	70	81
Máquinas e equipamentos	17.749	(6.886)	10.863	9.665
Veículos de serviços	11.002	(6.352)	4.650	4.237
Computadores e periféricos	713	(459)	254	286
Móveis e utensílios	1.285	(435)	850	812
Bens em comodato com terceiros	1.470	-	1.470	2.140
Bens recebidos em comodato	-	-	-	44
Construções em andamento	775	-	775	98
Benfeitoria em imóveis de terceiros	49	(1)	48	-
Ativo a apropriar	8.000	-	8.000	8.000
Total do imobilizado	104.200	(17.683)	86.517	84.371

b) Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Outros	Construções em Andamento	Ativo a Apropriar	Total
Saldo Líquido em 31/12/2022	28.044	20.823	49	8.819	5.512	802	356	772	323	-	65.500
Adições	8.200	120	2	607	1.639	48	73	-	5.350	8.000	24.039
Transferências	-	2.756	39	1.783	(1.327)	64	8	2.052	(5.375)	-	-
Baixas	-	-	-	(365)	(455)	(5)	(67)	(729)	(200)	-	(1.821)
Depreciação	-	(935)	(9)	(1.299)	(1.485)	(101)	(106)	(402)	-	-	(4.337)
Baixa de Depreciação	-	-	-	120	353	4	22	491	-	-	990
Saldo em 31/12/2023	36.244	22.764	81	9.665	4.237	812	286	2.184	98	8.000	84.371
Adições	-	74	-	143	2.855	21	81	49	4.265	-	7.488
Transferências	-	1.493	-	2.514	71	126	(3)	(670)	(3.531)	-	-
Baixas	-	(11)	(1)	(1)	(1.945)	(6)	(5)	(44)	(57)	-	(2.070)
Depreciação	-	(1.028)	(10)	(1.459)	(1.713)	(107)	(110)	(1)	-	-	(4.428)
Baixa de Depreciação	-	1	-	1	1.145	4	5	-	-	-	1.156
Saldo em 31/12/2024	36.244	23.293	70	10.863	4.650	850	254	1.518	775	8.000	86.517

12. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

A Companhia aluga uma aeronave para uso em suas atividades, sendo este o contrato objeto de registro contábil de arrendamento. Os pagamentos são mensais, passivos de reajustes anuais definidos contratualmente.

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Ativos de direito de uso</u>		
Bens Imóveis	22.058	26.128
<u>Passivos de arrendamento</u>		
Circulante	5.135	4.870
Não circulante	<u>13.291</u>	<u>20.550</u>
	<u>18.426</u>	<u>25.420</u>

b) Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2024	26.128	32.296
Adições	1.404	-
Despesas de depreciação	(2.650)	(5.193)
Baixa arrendamento	-	(975)
Remensuração do ativo direito de uso	<u>(2.824)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>22.058</u>	<u>26.128</u>

c) Passivos de arrendamento

A movimentação dos saldos dos passivos de arrendamento é evidenciada abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2024	25.420	30.757
Adições	1.404	-
Juros provisionados	2.279	2.133
Pagamentos	(7.853)	(7.470)
Remensuração ativo direito de uso	<u>(2.824)</u>	<u>-</u>
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024	<u>18.426</u>	<u>25.420</u>

d) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	2.650	5.193
Despesas com juros sobre os passivos de arrendamentos	2.279	2.133

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Circulante</u>				
Modalidade:				
Finame	R\$REAL	1,35% a.m.	706	902
Capital de giro	R\$REAL	1,19% a.m.	89.227	99.906
Convênio para antecipação de recebíveis a fornecedores (i)	R\$REAL	1,19% a.m.	9.459	-
Certificado de recebíveis do agronegócio - CRA	R\$REAL	1,33% a.m.	30.044	100.128
Consórcio e financiamentos de veículos	R\$REAL	1,18% a.m.	1.088	827
Custos de transação	-	-	(615)	(615)
			<u>129.909</u>	<u>201.148</u>
<u>Não circulante</u>				
Modalidade:				
Finame	R\$REAL	1,35% a.m.	86	510
Capital de giro	R\$REAL	1,19% a.m.	31.770	31.576
Certificado de recebíveis do agronegócio - CRA	R\$REAL	1,33% a.m.	40.000	-
Consórcio e fin. veículos	R\$REAL	1,18% a.m.	1.001	346
Custos de transação	-	-	(1.127)	(1.742)
			<u>71.730</u>	<u>30.690</u>

A movimentação dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	231.838	243.305
Captações	114.679	99.393
Amortização principal	(144.977)	(112.147)
Amortizações de juros	(32.109)	(42.132)
Provisionamento de juros	33.950	45.771
Custos de transação	(1.742)	(2.352)
Saldo final	<u>201.639</u>	<u>231.838</u>

- (i) A Companhia transfere para a instituição financeira a gestão dos pagamentos aos seus fornecedores, através da apresentação de nota fiscal, e o pagamento é realizado de forma total ou parcial, conforme definido em contrato. Com isso, a Companhia passa a ter uma obrigação com a instituição financeira com prazo determinado no contrato, e taxa cotada no dia da transação.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui os seguintes ativos dados em garantia para os empréstimos e financiamentos em aberto no final do exercício:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo imobilizado - Máquinas e equipamentos	792	1.412
Garantia com contas a receber de clientes	9.341	19.903
Ativo imobilizado - Terrenos	5.513	8.356
Ativo imobilizado - Veículos	2.053	1.133
	<u>17.700</u>	<u>30.804</u>

Cláusulas contratuais (“covenants”)

Os títulos de dívida das operações de CRA (Crédito de Recebíveis do Agronegócio) emissão captação em outubro de 2022, possuem hipóteses de vencimento antecipado automático, tais como, mas não se limitando a:

- Alteração da estrutura, incluindo falecimento, liquidação judicial ou extrajudicial, cisão, fusão e incorporação.
- Decretação de falência.
- Descumprimento da legislação ambiental.
- Outros.

Adicionalmente, determinados índices financeiros são pré-requisitos para antecipação do vencimento dos títulos de dívida de forma não automática se não atingidos os índices, conforme demonstrado a seguir:

<u>Índice</u>	<u>Limites</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Dívida Líquida/EBITDA (i)	Menor ou igual a 3,00	2,98	6,62
Liquidez corrente (ii)	Maior ou igual a 1,00	1,05	1,56

(i) Conforme contrato de CRA, o EBITDA é ajustado por receitas e despesas não recorrentes.

(ii) Índice representado pela razão do ativo circulante sobre o passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração está adimplente com as cláusulas financeiras e não financeiras.

14. FORNECEDORES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores	2.178	2.796
	<u>2.178</u>	<u>2.796</u>

O prazo médio de pagamento do saldo de fornecedores em aberto em 2024 é de 60 dias no (68 dias em 2023).

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Referem-se a valores exigíveis em até 12 meses, decorrentes de parcelas recebidas antecipadamente à produção de bens ou execução de serviços, de clientes que contrataram tais bens ou serviços.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamento de cliente	<u>386</u>	<u>1.666</u>
	<u>386</u>	<u>1.666</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado pelos acionistas é representado em 31 de dezembro de 2024 por 83.129.050 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% ao capital social. Em dezembro de 2023, o saldo da reserva legal foi absorvido com o prejuízo do exercício. Em 2024, a Companhia apresentou lucro contábil, o qual absorveu 52% do prejuízo do exercício acumulado. Com isso, ainda não foi possível reconstituir a reserva legal.

ii) Reserva de incentivos fiscais - Subvenção para investimentos

A Companhia possui operações sujeitas a benefícios fiscais de ICMS, quais sejam, reduções de base de cálculo e isenções, as quais se enquadram no conceito de subvenção para investimento, conforme disposto na Lei Complementar nº 160/17.

A Companhia procede inicialmente a contabilização da despesa de ICMS na demonstração do resultado em contrapartida ao passivo no montante do ICMS que seria devido caso não houvesse o benefício fiscal. Posteriormente, quando do registro da subvenção para investimento, a Companhia procede à contabilização do crédito de ICMS no resultado, na mesma linha do reconhecimento da despesa, em contrapartida de uma redução do passivo. Adicionalmente, a Companhia procede à contabilização da reserva de lucros referente à subvenção para investimento conforme estabelecido no artigo 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014.

A Companhia realizou em 2023 o levantamento e a mensuração dos montantes de benefícios fiscais de ICMS auferidos nos anos calendário de 2023, objetivando sua exclusão para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL. Considerando que em 2023 a Companhia apresentou prejuízo no exercício, a subvenção não foi constituída nesse ano. No exercício de 2024, após a Lei 14.789/2023 entrar em vigor, houve alterações nas regras de incentivos fiscais para o investimento.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui a seguinte composição dos montantes de subvenção para investimentos reconhecidos historicamente e os saldos a serem transferidos para a reserva de lucros:

Exercício	Subvenção para investimento registrada na demonstração do resultado	Subvenção para investimento transferida para reserva de incentivos	Subvenção para investimento não constituída
31/12/2020	12.798	-	12.798
31/12/2021	38.870	-	38.870
31/12/2022	43.275	56.024	(12.749)
31/12/2023	24.405	-	24.405
31/12/2024	-	-	-
	<u>119.348</u>	<u>56.024</u>	<u>63.324</u>

c) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajuste relativo à adoção do custo atribuído (“deemed cost”) em 1º de janeiro de 2009, conforme estabelecido pelo CPC 27 para o ativo imobilizado. Esta avaliação do valor justo restringiu-se aos terrenos.

17. RECEITA OPERACIONAL

	2024	2023
Venda de mercadorias	235.855	193.580
Ajuste a valor presente	(637)	4.602
Devoluções e deduções de vendas	(2.073)	(5.591)
Impostos sobre vendas	(7.318)	(4.837)
	<u>225.827</u>	<u>187.754</u>

18. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	2024	2023
Matéria prima	(124.543)	(134.535)
Mão-de-obra	(8.331)	(8.996)
Depreciação	(1.459)	(2.713)
Depreciação direito de uso	(195)	-
Outros insumos	(1.212)	(1.506)
Gastos indiretos	(857)	(895)
Serviços	(1.334)	(1.582)
	<u>(137.931)</u>	<u>(150.227)</u>

Devido ao conflito da Rússia com a Ucrânia, a Companhia incorreu em custos de insumos elevados durante o exercício de 2022 impactando diretamente o custo de produção sobre as vendas que ocorreram em 2023.

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Gastos com pessoal	(7.470)	(7.112)
Gastos com veículos	(1.448)	(1.533)
Taxas e multas	(879)	(1.141)
Despesas diversas	(3.977)	(4.487)
Serviços	(2.816)	(2.732)
Depreciação	(5.426)	(7.144)
Tarifas bancárias	(766)	(995)
	<u>(22.782)</u>	<u>(25.144)</u>

20. DESPESAS COMERCIAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Gastos com pessoal	(9.577)	(9.973)
Marketing e propaganda	(1.867)	(1.185)
Serviços de terceiros	(1.997)	(3.019)
Fretes e carretos	(6.090)	(6.455)
PCLD	283	(5.997)
Outros Gastos	(722)	-
	<u>(19.970)</u>	<u>(26.269)</u>

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
ICMS	(3.041)	(116)
Pis/Cofins	(1.624)	(353)
Multa de impostos	(930)	(48)
Participações nos resultados	-	(697)
Outras despesas	57	(926)
Ganho/perda venda imobilizado	224	-
	<u>(5.314)</u>	<u>(2.140)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre aplicações financeiras	5.349	7.360
Variações cambiais e monetárias	64	198
Juros	85	804
Rendimento sobre mútuo	743	-
Atualização Selic	1.348	-
Outros	916	2.016
Total	<u>8.505</u>	<u>10.378</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(32.208)	(43.311)
Variações cambiais e monetárias	(76)	(17)
Juros sobre arrendamento	(2.279)	(2.136)
IOF	(186)	(83)
Outros	(2.907)	(4.163)
Total	<u>(37.656)</u>	<u>(49.710)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(29.151)</u>	<u>(39.332)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para os exercícios fiscais de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime de Lucro Real Anual com recolhimento de antecipações mensais por estimativa. Os impostos sobre a renda são calculados com base no lucro tributável que em decorrência da legislação vigente difere do lucro contábil devido a ajustes requeridos.

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Lucro antes dos impostos	10.678	(55.718)
Alíquota nominal	34%	34%
	<u>(3.631)</u>	<u>18.944</u>
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>		
Subvenção fiscal	-	8.298
Doações e brinde	(80)	(111)
Reversão de provisão para comissões	159	133
Atualização monetária sobre créditos IRPJ/CSLL	458	132
Outras diferenças permanentes	932	(472)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<u>(2.162)</u>	<u>26.924</u>
<u>Composição da despesa com tributos sobre o lucro</u>		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(608)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.554)	26.924

b) Movimentação e composição do imposto de renda diferido

	2023	Adições	Baixas	2024
Comissões	158	373	-	531
Provisão para créditos com liquidação duvidosa	3.232	-	(2.097)	1.135
Ajuste a valor presente	913	216	-	1.129
Arrendamentos	(241)	226	-	(15)
Prejuízo fiscal e base negativa	31.856	-	(272)	31.584
Total	35.918	815	(2.369)	34.364

Prejuízo fiscal a compensar (Estoque)

	2023	Movimento 2024	2024
Prejuízo fiscal e base negativa	93.691	(796)	92.895
Total	93.691	(796)	92.895

Em 2023 havia um saldo acumulado de base negativa mais prejuízo fiscal de 93.691, em 2024 foi compensado 796 após apuração do Lalur restando um saldo a compensar para exercícios seguintes de 92.895.

24. PROVISÕES PARA RISCOS

A companhia é parte em processos judiciais, cuja perda considerada como provável, foi constituída em 2024 provisão no valor de R\$297, correspondente a (02) uma ação de natureza cível e (01) uma de natureza trabalhista.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía processos cujos riscos de perda são classificados como possíveis por seus assessores legais externos. O montante total das ações com probabilidade de perda possível é de R\$2.471 (R\$1.841 em 2023) e são referentes a causas trabalhistas e cíveis.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

A cobertura dos valores segurados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 pode ser assim demonstrado:

	2024	2023
Danos materiais	13.000	25.200
Lucros cessantes	-	2.000
Responsabilidade civil	400	650
Limite máximo de indenização	14.800	16.600

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>2024</u>
Compensação de impostos (nota explicativa nº 8)	8.856
Remensuração arrendamento (nota explicativa nº 12)	2.824
Venda imobilizado não recebida (nota explicativa nº 11)	100

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre janeiro e março de 2025, a Companhia efetuou renegociação de linhas de crédito no montante de R\$ 39,5 milhões e captações de novos empréstimos de capital de giro no montante de R\$ 18,9 milhões. As captações estão em condições de prazo e taxas semelhantes as usualmente negociadas pela Companhia.

Benedito Roberto Staut
Diretor

Breno Rufino da Silva
Contador
CRC nº MG 71085/O